



**ARQUIVO
RIO CLARO**



16

jul. 1989

ARQUIVO RIO CLARO

Boletim semestral do Arquivo Público
e Histórico do Município de Rio Claro

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Ana Maria de Almeida Camargo
Ana Maria Penha Mena Pagnocca
Jamil Nassif Abib

ENDEREÇO

Avenida 3, nº 568 - Rio Claro (SP)
Tel.: (0195) 34-4118
Caixa Postal 284 CEP 13.500

IMPRESSÃO

Arquivo do Estado de São Paulo
Tiragem: 1.000 exemplares

SUMÁRIO

EDITORIAL	277
TEORIA E PRÁTICA	
. Arquivo e comunidade, por Hele- na Corrêa Machado	288
. Coleta de dados para elaboração de planos de destinação e tabelas de temporalidade, por Ana Maria Penha Mena Pagnocca	344
NOTAS E INFORMAÇÕES	455

**ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE
RIO CLARO**

CONSELHO SUPERIOR

Antônio Christofolletti
Fernando Cilento Fittipaldi (Presidente)
Francisco Anaruma
Helmuth Troppmair
Jamil Nassif Abib
José Carlos Cardoso
Liliana Bueno dos Reis Garcia
Luzo dos Santos Ferro
Ruy Cassavia

DIRETOR

Ana Maria de Almeida Camargo

EQUIPE DE FUNCIONÁRIOS

Ana Maria Penha Mena Pagnocca
Augusto Jeronimo Martin
Beatriz Moreira de Negreiros
Maria Antonia Gardenal Molon
Neusa Maria Dagnolo Inforsato
Onivaldo Doniseti Dagnolo
Percy de Oliveira
Regina Helena Moreira
Sebastião Mainardi
Sílvia Aparecida Xavier de Camargo Picelli
Yolanda Mainardi Bell

ARQUIVO RIO CLARO. (Arquivo Público e His-
tórico do Município de Rio Claro) Rio
Claro (SP), 1982 -

1. Arquivos (documentação) I. Arquivo
Público e Histórico do Município de Rio
Claro

CDD 025.171

Além de descrever as atividades do Arquivo do Município de Rio Claro ao longo do último semestre, o 16º número do boletim, dando prosseguimento à sua política de divulgação de textos de interesse metodológico, publica os trabalhos de Helena Corrêa Machado e de Ana Maria Penha Mena Pagnocca, focalizando, um e outro, temas importantes para a prática do arquivista: suas relações com a comunidade e a elaboração de planos de destinação de documentos.

Ana Maria de Almeida Camargo

1. Introdução

A exposição do tema Arquivo e Comunidade será por mim desenvolvida em sentido inverso, isto é, abordados, de início, os diferentes conceitos de cultura, para ser, afinal, focalizada a relação comunidade/arquivo, com suas múltiplas possibilidades e conseqüências.

A ponte que liga comunidade e arquivo é o conceito de cultura. Ponte de mocrática, quando vista como algo produzido e apropriado por toda a comunidade, no que ela tem de comum, simples, múltiplo, repetitivo e até mesmo vulgar, rompida, assim, a tradição de pensá-la primordialmente como algo singular e sujeito ao padrão das classes privilegiadas.

2. Breves Comentários Sobre o Conceito de Cultura

Dizer que cultura é assunto extremamente controverso não constitui novidade. Não obstante a polêmica, ou até por causa dela, cultura é tema palpitante, que obrigatoriamente aflora no meio dos que lidam com o patrimônio cultural, como é o caso dos arquivos. Importa, assim, para atingir o propósito desta exposição, comentar, ainda que de forma abreviada, algumas concepções de cultura.

A forma tradicional de se entender cultura é associá-la à idéia de "verniz", de formação escolar, sinônimo de estudo ou domínio de conhecimentos. Cultura pode significar, ainda, a posse de comportamento refinado - maneiras e expressões. Estas acepções estão presentes, entre outras, no extenso verbete que o Prof. Aurélio Buarque de Holanda dedica à cultura, quando registra: "Atividade e desenvolvimento intelectuais, saber, ilustração, instrução."

Tradicional, também, pode ser considerada a concepção de cultura como "educação". A partir daí, a educação dos diferentes segmentos sociais se faz com base em padrão ditado pelas elites, apresentado como o único e verdadeiro para o conjunto da sociedade. Nesse processo "educacional" são dissolvidas as diferenças culturais, pois o objetivo é unificar pensamentos, valores, hábitos e visões de mundo.

Ainda segundo uma visão tradicional e igualmente preconceituosa, cultura pode ser associada a "civilização". Nesta concepção, a única cultura aceitável é a ocidental, cujos representantes se autodelegam a missão de transmiti-la aos povos dela desprovidos, por isso mesmo considerados "selvagens" e "bárbaros". Esse propósito "civilizatório", como todos sabem, serviu para encobrir a dominação e exploração dos povos que se desejava "aculturar".

Todas essas concepções aqui classificadas como tradicionais não podem

ser consideradas verdadeiros conceitos em seu sentido pleno. Significam, na verdade, um conjunto de idéias marcadas pelo verniz do preconceito, claramente limitadas no que concerne à percepção da realidade social.

Igualmente no verbete de Aurélio Buarque de Holanda, encontra-se cultura como "o complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e doutros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade". Nesse registro já está presente a importância do coletivo, associado a diferenças, afastada, portanto, aquela noção de "educar", "civilizar" como meio de igualar.

Em outra fonte (1) cultura pode ser pensada como "toda produção ou manifestação voluntária, individual ou coletiva, que vise com sua comunicação à ampliação do conhecimento (racional ou sensível) através de uma elaboração artística, de um pensamento ou de uma pesquisa científica". Nessa definição, que inclui "manifestação voluntária, há evidente ligação da cultura com espontaneidade, com a criação em liberdade.

2.1 Cultura e Comunidade

Ao inserir, neste enfoque, a idéia de comunidade, destaco, de início, que os conceitos tradicionais de cultura - produto pronto e acabado, algo único e singular - não se coadunam com objetivos democráticos.

Se comunidade pode ser considerada não apenas um agrupamento humano em determinado espaço geográfico, mas, principalmente, uma totalidade orgânica que cresce e se transforma continuamente, pelas suas experiências, vida política, crenças, lendas, aspirações, artes, tecnologia, meios de comunicação etc, sua cultura deve refletir essa realidade.

Cultura e comunidade estão, pois, ligadas em todos os aspectos da vida social, na sua totalidade e formas de comportamento, sem exclusão das relações e influências de outras realidades culturais. Assim, no que diz respeito às suas ligações com a comunidade, a cultura não pode deixar de ter um conceito abrangente, contando tanto com a produção e manifestações culturais das camadas privilegiadas, quanto as das camadas populares, que alguns chamam de dominadas ou despossuídas. Pertence, pois, a cultura à história coletiva, como produto da existência de um processo social comum, embora, infelizmente, marcado por desigualdades profundas.

Dentre os aspectos significativos da vida cultural de uma sociedade estão os meios de comunicação, os quais assumiram, no século XX, uma importância sem precedentes.

Desses meios de comunicação, cujos componentes básicos são informação e transmissão, certamente não me ocupo dos que massificam, do tipo "aldeia global" denunciada por McLuhan. Destaco, isso sim, a obtenção da informação a que cada indivíduo tem direito. Essa concepção afasta o monopólio da informação e conseqüentemente do saber, bem como sua manipulação na escalada do

poder.

A propósito do direito à informação, Marilena Chaui, no seu livro Cultura e Democracia (2), sublinha um aspecto importante, que muitas vezes passa despercebido: a relação direta entre o exercício da cidadania e o acesso à informação. É a autora que nos diz:

"Seja qual for o estatuto econômico, a posição dentro de um sistema global de dependências sociais, um indivíduo participa da vida social em proporção ao volume e à qualidade das informações que possui, mas especialmente em função de sua possibilidade de acesso às fontes de informação ..."

Assim, o direito à informação insere-se, indiscutivelmente, numa proposta democrática para a sociedade. Permitir que todos tenham acesso ao maior número e diversidade de informações possíveis torna-se, portanto, o dever de todos, notadamente dos órgãos públicos delas repositórios. Entre estes últimos sobressaem os arquivos, por suas próprias características: abrigam conjuntos documentais consideráveis, fontes primárias insubstituíveis, cujo conteúdo apresenta um mínimo de subjetividade.

3. O Papel Tradicional do Arquivo Público

Na verdade, o arquivo governamental só pode ser considerado como "público" após a adoção de conceitos baseados no lema "liberdade, igualdade e fraternidade", emanados da Revolução Francesa. Data de 1789 a criação dos Arquivos Nacionais da França, pela Assembléia Nacional Constituinte, dentro da então filosofia de garantir, aos cidadãos, livre acesso aos documentos produzidos e acumulados pela administração do Estado.

Todavia, embora a guarda de documentos do poder público não mais tivesse, como "donos" exclusivos, reis, príncipes e prelados, muito tempo se passou até que os arquivos governamentais pudessem enfrentar o desafio de estabelecer uma política arquivística direcionada ao cumprimento dos ideais democráticos. A própria França só no século XX realizou sua verdadeira revolução arquivística, principalmente com a criação do Pré-Arquivo de Fontainebleau.

Foi, aliás, nos meados do século XX que o governo dos Estados Unidos, depois da Segunda Guerra Mundial, implantou modelo sistêmico, mediante extenso trabalho de reorganização administrativa, determinada pelo rápido e desordenado acúmulo da massa documental. No equacionamento do problema, os norte-americanos, como se sabe, puseram em prática a teoria das três idades do arquivo que, entre outros benefícios de racionalização, compeliu os arquivistas, administradores, historiadores etc. a darem tanta importância aos

arquivos correntes e intermediários, quanto àquela que até então só vinham conferindo aos arquivos permanentes, a que chamavam históricos:

Essa integração do fluxo arquivístico, favorecendo a racionalização do processamento de acervos documentais, muito vem contribuindo para a concretização daqueles ideais democráticos formulados no final do século XVIII. Como visto, entre o ideal e sua concretização, o caminho pode ser longo.

Hoje, os arquivistas, graças a Deus, já sabem fazer diagnósticos, com base no conhecimento de princípios e técnicas.

No tocante, entretanto, às finalidades gerais do arquivo - "servir à administração e à pesquisa histórica" - surge, à luz dos conceitos mais amplos de cultura e comunidade, a seguinte indagação:

"Estariam essas finalidades completas, uma vez que só a parte governamental foi atendida? E a outra parte da comunidade?"

4. Arquivo Público e Comunidade

Afirmo que o arquivo tem sido entendido como um órgão que presta serviço, preponderantemente, à administração.

No caso do Brasil, onde os arquivos estiveram por muito tempo entregues à própria sorte, os esforços têm sido desenvolvidos no sentido de preservar e processar os documentos do passado, permitida, tão-somente, a recuperação da memória do poder público. Desse modo, pouco tem sido realizado para recuperar a história de outros segmentos sociais, especialmente das camadas menos favorecidas.

Para modificar esse "status quo" não se pode deixar de pensar nos arquivos municipais, pela sua natural proximidade com a realidade social, que vimos destacando nestas considerações. Por outro lado, sabe-se que esse propósito de mudança não é encargo de somenos, pois vem acrescentar novas atividades àquelas que normalmente já pesam sobre os arquivos públicos, quase todos carentes de recursos, sobretudo de mão-de-obra especializada.

Todavia, democratizar é preciso ...

4.1 Aproximando arquivo e comunidade: algumas idéias

Esta abordagem não pretende apresentar fórmulas acabadas, nem tampouco ditar normas para todos os arquivos municipais. Apenas transmite algumas idéias surgidas a partir do trabalho que vem desenvolvendo o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (3), seguindo diretrizes do Departamento Geral da Cultura a que está subordinado.

Principal depositário da memória documental carioca, percebeu o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro que, para se aproximar da comunidade deveria diversificar suas fontes documentais.

A documentação administrativa, como já se disse, tende a ser utilizada para o que se convencionou chamar de "história oficial". Já a história "não oficial" necessita, embora não seja regra, de outros documentos, ainda não

incluídos nos acervos arquivísticos. No caso da história da cultura popular, a utilização de fontes não convencionais vem apresentando bons resultados, como o demonstram as monografias publicadas nos últimos anos pela Fundação Nacional de Artes - FUNARTE.

Em consonância com aqueles princípios democráticos que devem presidir a vida social, procurou o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro criar acervos documentais alternativos, tendo elaborado, ainda sob forma exploratória, o Projeto Memória Musical Carioca, que cuidava do registro de depoimentos dos principais compositores e intérpretes da música popular produzida nesta cidade, e também da gravação de obras significativas. Esse projeto, de ótima repercussão, deu origem a outro, que procura ampliar e diversificar as fontes assim constituídas.

O Projeto Memória Carioca, resultante daquela iniciativa, e, ainda, em sua fase preliminar, tem, assim, caráter abrangente, pois, além da vertente já citada, visa a registrar a "produção" do espaço urbano carioca em seus múltiplos aspectos. Acham-se nele incluídos não só os administradores responsáveis pelas iniciativas do poder público, mas também aqueles que vivem e "sofrem" essas iniciativas. O projeto poderá se diversificar infinitamente, dados os inúmeros aspectos da vida social carioca ainda por registrar.

Insisto em ressaltar que a elaboração desse projeto piloto visou concretizar, desenvolver, fortificar a reconhecidamente importante relação cultura/comunidade.

6 - Conclusão

Ao desenvolver o tema "Arquivo e Comunidade", pretendi conduzir a atenção para o papel a ser desempenhado pelos arquivos públicos, uma vez admitido e bem aceito um entendimento democrático de cultura. Declarei, ainda, que são os arquivos municipais os mais indicados para propiciar a desejada democratização, por serem os mais próximos, os mais ligados à comunidade a que devem servir.

Trata-se de um enfoque novo, talvez pioneiro em nosso país e, portanto, sujeito a debates, a críticas e a reformulações. O importante, no entanto, é justamente discutir, debater. Debater até encontrar o caminho que levará ao encontro da comunidade com o seu arquivo.

6. Bibliografia

1. ARANTES, Antonio Augusto. O que é cultura, popular. 4ª ed., S. Paulo, Brasiliense, 1983.
2. CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. S. Paulo, Ed. Moderna, 1981.
3. FEIJÓ, Martin Cezar. O que é cultura popular. S. Paulo, Brasiliense, 1983.
4. FERNANDES, Florestan. Comunidade e sociedade no Brasil. S. Paulo.

Nacional, USP. 1972.

5. SANTOS, José Luiz dos. O que é cultura. 2ª ed., S. Paulo, Brasiliense, 1984.
6. TELLES, Ignacio da Silva. Conceito de democracia no mundo contemporâneo. S. Paulo, Revista dos Tribunais S.A., 1964.

Nota

- * Trabalho apresentado ao VI Congresso Brasileiro de Arquivologia, Rio de Janeiro, 1986.
- ** Diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

COLETA DE DADOS PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE DESTINAÇÃO E TABELAS DE TEMPORALIDADE (*)

Ana Maria Penha Mena Pagnocca (**)

As informações necessárias para a montagem de planos de destinação e tabelas de temporalidade de documentos de arquivo devem ser coletadas a partir de instrumentos que envolvam não só os aspectos de forma e conteúdo de cada série, mas também a identificação dos órgãos responsáveis por sua emissão e recepção; supõem também a caracterização do arquivamento das diferentes vias produzidas.

Este trabalho pretende colocar em discussão o modo como vêm sendo sistematizados, no Arquivo do Município de Rio Claro, os dados necessários às operações de análise e seleção de documentos. Seu aspecto eminentemente prático dispensa, em nosso entender, quaisquer considerações de natureza teórica a respeito da importância da avaliação no âmbito das atividades do arquivista, tema muito bem fundamentado por Helena Corrêa Machado, Manuel Vázquez, Nilza Teixeira Soares, T.R. Schellenberg e outros.

Endossando a perspectiva de tais autores quanto aos resultados a serem alcançados e quanto ao estabelecimento de preceitos capazes de orientar a ação dos responsáveis pelo processo de avaliação, limitamo-nos a apresentar os instrumentos com que se pretende viabilizá-lo em Rio Claro. Os formulários que se seguem estão devidamente preenchidos, à guisa de exemplo.

1ª etapa: caracterização

Com o objetivo de descrever os documentos na sua fase ativa, utilizamos dois tipos de fichas.

A primeira (anexo I) procura caracterizar o tipo documental do ponto de vista da sua emissão. Nela figuram dados sobre o conteúdo e a forma (suporte, dimensões) de cada título, sobre os seus aspectos legais (autoridades que validam e dispositivos que determinam a elaboração do documento), sobre o órgão emissor, sobre a quantidade anual de documentos emitidos e o destino de cada via.

A segunda ficha (anexo II), aplicada a cada uma das vias identificadas no primeiro instrumento, focaliza o documento desdobrado sob o aspecto de sua acumulação. Comporta não só o órgão de destino e a finalidade da destinação, como também a frequência de uso, o método de arquivamento, a presença de instrumentos de acesso, o tipo de acondicionamento, as datas-limite e a qualidade da documentação ali acumulada. É possível obter ainda, junto ao órgão acumulador da via, informações sobre o destino anterior da série.

Uma vez reunidos os dados referentes à fase ativa (emissão e acumulação), são eles transferidos para a ficha de caracterização dos documentos acumulados nas diversas fases (anexo III), que visa recuperar, para cada ti

po e para cada via, os locais de depósito e o modo como os diversos conjuntos se apresentam: datas-limite, tipo de acondicionamento, quantidade e estado de conservação. A ficha permite um controle global dos documentos acumulados, facilitando sobremaneira as operações determinadas pela tabela de temporalidade.

2ª etapa: análise

Com base na caracterização obtida por meio dos três instrumentos acima referidos, passa-se à ficha de análise preliminar e proposta de destinação (anexo IV). Elaborada, como as anteriores, pelo arquivista, destina-se à apreciação dos membros da Comissão de Avaliação. Traz a recapitulação dos dados de conteúdo e forma do documento e emite juízo sobre o seu valor. Da análise - realizada com o apoio de especialistas, sempre que necessário - resulta uma proposta de destinação que indica, para cada via e para cada fase de arquivamento, as recomendações quanto a guarda e eliminação.

Concluídos os trabalhos da comissão de Avaliação, os resultados referentes aos diferentes tipos documentais são condensados numa tabela de temporalidade (anexo V) que reúne séries provenientes do mesmo órgão ou da mesma área administrava. Os prazos de retenção e a eliminação, em cada fase, são aí indicados de modo sumário, acompanhados de eventuais determinações não só quanto à microfilmagem dos documentos, mas também sobre os critérios e os percentuais de amostragem para os que deverão ser parcialmente eliminados.

BIBLIOGRAFIA

- CONSELHO DEL TESORO (Canadá). Plan de conservación y eliminación de documentos. Traducido por José Manuel García. Córdoba, Universidad Nacional de Córdoba, Escuela de Archiveros Centro Interamericano de Desarrollo de Archivos, 1977.
- INOJOSA, Rose Marie. Tabela de temporalidade como instrumento de administração. In: CICLO DE PAINÉIS SOBRE ADMINISTRAÇÃO DE ARQUIVOS, São Paulo, s.d. s.n.t. (Apostila).
- KROMNOW, Áke. El avaluo de los documentos contemporaneos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS 8, Washington, 1976. s.n.t.
- MACHADO, Helena Corrêa. Critérios de avaliação de documentos de arquivos. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, 9 (3): 10-3, dez. 1981.
- _____. Avaliação de documentos de arquivo: principais critérios. Arquivo Rio Claro, 5 (2): 33-41, jul. 1986.
- PADRONIZAÇÃO de padrões de avaliação. In: CURSO DE ARQUIVOS PERMANENTES, São Paulo, 1984. São Paulo, Fundap, 1984. (Apostila).
- SHELLENBERG, T.R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. Tradução Nilza

- Teixeira Soares. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973.
- SOARES, Nilza Teixeira. Avaliação e seleção de documentos de arquivos: problemas e soluções. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, 3(3):7-14, dez. 1975.
- _____. Os arquivos e a avaliação de documentos. Arquivo & Administração, - Rio de Janeiro, 9 (3): 16-28, dez. 1981.
- VAZQUEZ, Manuel. La selección documental como asignatura. Boletim Interamericano de Archivos, Córdoba, 3 : 72-86, 1980.
- _____. Manual de selección documental. Prologo de César Garcia Belsunce. Córdoba, s.ed., 1983.

Notas

- * Trabalho apresentado ao VII Congresso Brasileiro de Arquivologia, Brasília, 1988.
- ** Funcionária do Arquivo do Município de Rio Claro.

Anexo I

Frente

Nº	ARQUIVO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO - INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO - 1		
16	Caracterização dos Documentos da Fase Ativa: Emissão		Prefeitura
Título <i>Nota de Empenho</i>			
Conteúdo <i>Nome do interessado; data e número do documento; codificação da despesa; natureza da operação; valores (do empenho, do acumulado e do saldo).</i>			
Autoridade(s) que valida(m) o Documento <i>- Chefe da Divisão de Contabilidade - Chefe da Seção de Despesa</i>		Suporte <i>Papel</i> Dimensões <i>41,5 x 16</i>	
Dispositivo Legal que Determina a Elaboração do Documento <i>Lei Federal nº 4320/64, art. 61.</i>			
Órgão Emissor <i>Seção de Despesa</i> Subordinação <i>Divisão de Contabilidade Diretoria de Finanças Secretaria Municipal dos Negócios do Governo</i>			
Quantidade Anual de Documentos Emitidos <i>7.500</i>			

DESTINO DAS VIAS (COR)

- 1ª Fornecedor
 2ª Seção de Contas a Pagar
 3ª Divisão de Material / Departamento Geral de Administração
 4ª Seção de Despesa
 5ª
 6ª

Funcionário Entrevistado *Dulcinéia Dionísio*Cargo *Chefe de Seção*Telefone *34-5544 - R.170* Data *18 / 2 / 86*

Observações *Este documento é elaborado com dados extraídos da FICHA DE EMPENHO, e serve de base para elaboração da ORDEM DE PAGAMENTO e ORDEM PARCIAL DE PAGAMENTO.*

Anexo II

Frente

Nº	ARQUIVO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO - INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO - 2	
16	Caracterização dos Documentos da Fase Ativa: Acumulação	Prefeitura
Título	<i>Nota de Empenho</i>	Via <i>4ª</i>
Órgão de Destino	<i>Seção de Despesa</i>	
Subordinação	<i>Divisão de Contabilidade Diretoria de Finanças Secretaria Municipal dos Negócios do Governo</i>	
Finalidade da Destinação	<i>Nenhuma</i>	
Frequência de Uso	<i>Nula</i>	Método de Arquivamento <i>Número-cronológico</i>
Instrumento(s) de Acesso	<i>Nenhum</i>	Acondicionamento <i>pacotes</i>
Datas-Limite	<i>janeiro-fevereiro/86</i>	Quantidade <i>2 pacotes</i>
Destino da Documentação com data anterior	<i>Divisão de Arquivo e Protocolo</i>	

Funcionário Entrevistado *Dulcinéia Dionísio*Cargo *Chefe de Seção*Telefone *34-5544 R-270* Data *18 / 2 / 86*

Observações

ARQUIVO RIO CLARO. Rio Claro (SP), 8 (2): 34-44, Jul. 1989.

Anexo III

Nº	ARQUIVO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO - INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO - 3				
16	Caracterização dos Documentos Acumulados nas Diversas Fases	PREFEITURA			
Título <i>NOTA DE EMPENHO</i>					
Vias	Depósitos	Datas Limite	Acondicionamento	Qtd.	Estado
1ª					
2ª					
3ª					
4ª	<i>Seção de Despesa</i>	<i>jan/fev./86</i>	<i>Pacotes</i>	<i>2</i>	<i>BOM</i>
	<i>Divisão de Arquivo e Protocolo</i>	<i>nov/dez./85</i>	<i>Pacotes</i>	<i>2</i>	<i>BOM</i>
	<i>Arquivo Municipal (Arquivo Intermediário)</i>	<i>1975/1985</i>	<i>Pacotes</i>	<i>60</i>	<i>BOM</i>
5ª					
6ª					

ARQUIVO RIO CLARO. Rio Claro (SP), 8 (2): 34-44, Jul. 1989.

Nº	ARQUIVO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO - INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO - 4	
16	Análise Preliminar e Proposta de Destinação	PREFEITURA
Título Nota de Empenho		
Conteúdo Nome do interessado; data e número do documento; codificação da despesa; natureza da operação; valores (do empenho, do acumulado e do saldo).		
Suporte	papel	Dimensões 41,5 x 16
Análise Preliminar O documento atende ao disposto na Lei Federal nº 4320/64, art.61. As informações nele registradas servem de base para a elaboração da ORDEM DE PAGAMENTO e da ORDEM DE PAGAMENTO PARCIAL. É elaborado, por sua vez, com base em informações extraídas da FICHA DE EMPENHO. A segunda via da NOTA DE EMPENHO integra o PROCESSO DE PAGAMENTO; a terceira é anexada ao PEDIDO DE COMPRA, documento emitido na Divisão de Material/Departamento Geral de Administração. Não se justifica a elaboração de uma quarta via do documento.		

ARQUIVO RIO CLARO. Rio Claro (SP), 8 (2): 34-44, Jul. 1989.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO

		Fases		
Vias		1	2	3
Fornecedor -	→	1ª		
Seção de conta a pagar - PROCESSO DE PAGAMENTO	→	2ª		
Divisão de Material PEDIDO DE COMPRA	→	3ª		
Seção de Despesa	→	4ª	Δ	-
		5ª		
		6ª		

Convenções

1 = órgão de origem
2 = arquivo intermediário
3 = arquivo permanente

a = anos
Δ = período de exercício (ou mais, a critério do órgão de origem)
+ = sim (guarda permanente)
- = não (eliminação)

ARQUIVO RIO CLARO. Rio Claro (SP), 8 (2): 34-44, Jul. 1989.

Anexo V

ARQUIVO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO - 5					
Tabela de Temporalidade			Prefeitura		
Área: Financeira			Órgão: Contabilidade		
Nº	Documentos	1	2	3	
1	DIÁRIO - 1ª 2ª 3ª	5a Δ Δ	15a		
2	Ficha-Razão do Sistema Patrimonial	3a	12a	+	
3	Ficha-Razão do Sistema Financeiro	3a	12a	-	
4	Ficha-Razão do Sistema Econômico	3a	12a	-	
5	Sumário da Ficha-Razão do Sist. Patrimonial	Δ		-	
6	Sumário da Ficha-Razão do Sist. Financeiro	Δ		-	
7	Sumário da Ficha-Razão do Sist. Econômico	Δ		-	
8	Ficha Auxiliar do Sistema Patrimonial	3a	12a	-	
9	Ficha de Conta Corrente	5a	15a	+	
10	Registro de Empenhos e Pagamentos	Δ		-	
11	Ordem de Pagamento - 2ª via	Δ		-	
12	Ordem de Pagamento Parcial - 2ª via	Δ		-	
13	Comprovantes de Rendimentos Pagos e Creditados - 3ª via	5a		-	
14	Processo de Pagamento	5a	15a	+	
15	Ficha de Empenho	5a	15a	+	
16	Nota de Empenho - 4ª via	Δ		-	
17	Sumário de Empenho	Δ		-	
18	Boletim de Análise de Arrecadação	5a	15a	+	
19	Boletim de Caixa e Bancos	Δ		-	
20	Balancete Mensal - 1ª 2ª 3ª 4ª	Δ Δ Δ 5a		- - - 15a	
21	Balanco - 1ª 2ª 3ª 4ª	5a Δ Δ Δ	15a	+	

Convenções

- 1 = órgão de origem
- 2 = arquivo intermediário
- 3 = arquivo permanente

a = anos

Δ = período de exercício (ou mais, a critério do órgão de origem)

+ = sim (guarda permanente)

- = não (eliminação)

DOAÇÕES

No primeiro semestre de 1989 recebemos doações de documentos diversos das seguintes pessoas e instituições:

janeiro - Arquivo Público do Estado da Bahia (Salvador, BA); IBICT (Brasília, DF); Prefeitura Municipal de Moji das Cruzes (Moji das Cruzes, SP); Arquivo Histórico de Caxias do Sul (Caxias do Sul, RS); Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Campinas, SP); Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (Brasília, DF); Arquivo do Paraná (Curitiba, PR); Arquivo do Estado de São Paulo (São Paulo, SP); Eletropaulo (São Paulo, SP); Arquivo Nacional (Rio de Janeiro, RJ); Biblioteca Municipal de Rio Claro.

fevereiro - Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre (Porto Alegre, RS); CEPEHIB (São Paulo, SP); IBICT (Brasília, DF); Carmela Patti Salgado (São Paulo, SP); Biblioteca Municipal de Rio Claro; Marilene Guedes de Camargo; Prefeitura Municipal de Moji das Cruzes (Moji das Cruzes, SP); Arquivo Público da Cidade de Aracaju (Aracaju, SE); Jairo Andrade Pimentel; Amélia Franzolin Trevisan (São Paulo, SP); Escola Semente.

março - CENADEM (São Paulo, SP); Jamil Nassif Abib; Eletropaulo (São Paulo, SP); Carmela Patti Salgado (São Paulo, SP); Terezinha de Jesus Pimentel Vianna; Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro, RJ); Arquivo do Estado de Santa Catarina (Florianópolis, SC); Embaixada Alemã (Brasília, DF); Moa-

NOTAS E INFORMAÇÕES

cir França (São Paulo, SP); Unimed; Ana Maria de Almeida Camargo (Guararema, SP); Fábio Raimundo da Silva; Silvana Leonardo Carreiro; Nicolino Mazziotti; Glauco Carneiro (São Paulo, SP); Jeanne Berrance de Castro; Emília Viotti da Costa (Moodus, CT, Estados Unidos da América do Norte).

abril - Maria Amélia Gardenal da Silva; Arquivo Municipal da Cidade de Salvador (Salvador, BA); Unimed; CENADEM (São Paulo, SP); Clube da Lady de Rio Claro; Maria Luiza Schmidt Rehder; Jamil Nassif Abib; Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Campinas, SP); Arquivo Nacional (Rio de Janeiro, RJ); Centro de Memória da Eletricidade no Brasil (Rio de Janeiro, RJ); Waldemar Ferreira Netto (São Paulo, SP); Sílvia Leonardo Carreiro; Eletropaulo (São Paulo); Maria Casagrande Dagnone; Irineu Pen-teado Neto.

maio - Núcleo de Estudos de População da Unicamp (Campinas, SP); Wail Chaves (São Paulo, SP); Sílvia Leonardo Carreiro; Arquivo Público de Santa Catarina (Florianópolis, SC); Arquivo Nacional (Rio de Janeiro, RJ); Eletropaulo (São Paulo, SP);

junho - Ana Maria de Almeida Camargo (Guararema, SP); Arquivo do Estado de São Paulo (SP); Zélia R. Canello; José Constante Barreto; Arquivo Nacional (Rio de Janeiro, RJ); Centro Tradição (Flores da Cunha, RS); Raquel Glezer (São Paulo, SP); Manuel Orteño Armas (Madrid, Espanha); Suelly Robles Reis de Queiroz (São Paulo, SP); IBICT (Brasília, DF).

ATENDIMENTO AO PÚBLICO

O movimento de consultas, de janeiro a junho de 1989, apresentou os seguintes números:

1) Arquivo Intermediário e Arquivo Histórico

. consultas feitas pela administração municipal: 1701

. consultas feitas por particulares: 85

2) Biblioteca: 187

3) Hemeroteca: 95

4) Coleções Especiais: 67

VISITANTES

Visitaram o Arquivo, no último semestre:

. grupo de representantes do município de Matão (SP): vereador Antonio Nelson Scopelli, vereador Osvaldo Vanin, advogado Paulo Augusto Bernardi, advogado Adail Pedro e Robernelson D. Scopelli (6 jan.);

. grupo de pesquisadores do Rio de Janeiro: Noyr Gonçalves da Silveira, Felipe Tiago T. da Silva, Jocelen Tiago da Silva, acompanhados de Antonio Ferreira, Protasio Simão Oliveira, José Constante Barreto, Jairo Pimentel e Geniberto Pizzotti, de Rio Claro, (31 mar.);

. Paulo César Alves Goulart, arquiteto, do Instituto Cartográfico de São Paulo (14 abr.);

. alunos do IV Curso de Especialização em Arquivos da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (29 jun.); a visita fez parte de amplo programa de estágios em instituições arquivísticas de São Paulo, focalizando especial-

mente os arquivos intermediários.

VELHOS CARNAVAIS

Como faz todos os anos na mesma época, o Arquivo abriu ao público em 19 de janeiro a exposição de fotografias "Velhos Carnavais", que foi visitada por 55 pessoas.

CONCHAS FÓSSEIS

Editada pelo Arquivo, a obra As conchas fósseis da região de Rio Claro (SP), de Marcello Guimarães Simões e Fernando Cilento Fittipaldi, foi lançada em 5 de maio. Trata-se de um estudo paleontológico sobre as conchas fósseis da região que, além de atualizar a bibliografia disponível sobre o assunto, chega a resultados novos e surpreendentes. É a primeira de uma série de obras de caráter científico e técnico sobre Rio Claro que o Arquivo pretende divulgar, ampliando para outras áreas uma programação editorial até aqui voltada para a história e a ficção.

HISTÓRIAS DE QUEM VIVEU A HISTÓRIA

Com textos sobre a escravidão, o Arquivo deu início à série "Histórias de quem viveu a história", que visa divulgar, para um público maior e em função de recortes temáticos específicos, parte do acervo de depoimentos e histórias de vida que vêm sendo sistematicamente colecionados pela instituição. A idéia é mostrar, a propósito de cada aspecto singular do passado, as visões (complementares ou divergentes, não importa) dos

seus testemunhos diretos e indiretos.

As comemorações do centenário da abolição da escravatura deram ensejo a que os trabalhos de Claudia Regina Callari e Maria Rosa de Belem Baptista, sob a coordenação das professoras Maria de Lourdes Monaco Janotti e Suely Robles Reis de Queiroz, tivessem prioridade em relação aos demais títulos que, devidamente preparados, aguardam oportunidade de edição.

O primeiro volume da série - Memória da escravidão em famílias negras de São Paulo: depoimentos de Rio Claro - foi lançado no dia 12 de maio, com a presença das autoras Maria Rosa de Belem Baptista e Claudia Regina Callari, da coordenadora Dra. Maria de Lourdes Monaco Janotti e da Profa. Zita de Paula Rosa.

REVOLUÇÃO DE 32

Em colaboração com o Museu Histórico e Pedagógico Amador Bueno da Silva, o Arquivo organizou uma exposição de documentos diversos a respeito da "Revolução Constitucionalista de 1932".

Inaugurada em 18 de maio, a exposição foi visitada por 178 pessoas.

LIVRE PENSAR

Com prefácio de Rui Cassavia, o livro de pensamentos de Jovelina Morateli - Livre pensar -, editado em Piracicaba pela Shekinah, foi lançado no Arquivo no dia 30 de junho. Es-tiveram presentes à solenidade inúmeras

autoridades.

RIO CLARO

Foi aberta ao público, no dia 7 de junho, a exposição "Rio Claro nos festejos do centenário e do sesquicentenário", tendo sido visitada por 144 pessoas.

II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS

Realizou-se em Porto Alegre, de 5 a 7 de junho, a II Conferência Nacional de Arquivos Públicos, promovida pelo Arquivo Nacional.

Rio Claro fez-se representar através de Ana Maria Penha Mena Pagnocca, que participou da mesa "Gestão de documentos: a integração das três idades", na qualidade de debatedora, e de Augusto Jeronimo Martin, que apresentou o trabalho "O grupo OBRAS na administração municipal: proposta de indexação da série processos de construção". Na sessão dedicada ao tema "Terminologia arquivística" foi apresentado o trabalho Contribuição do Arquivo Público do Estado de São Paulo para a elaboração do Dicionário de Terminologia Arquivística, de que participaram, entre outros, Ana Maria de Almeida Camargo e Ana Maria Penha Mena Pagnocca.

ARQUIVOS MUNICIPAIS

Reuniu-se em Barcelona, em 30 e 31 de maio, o Comitê Diretor da Seção de Arquivos Municipais do Conselho Internacional de Arquivos. Ana Maria de Almeida Camargo, na qualidade de membro do colegiado, compare-

ceu, à reunião.

POESIA EM RIO CLARO

Pela segunda vez consecutiva, o Arquivo promove o concurso POESIA EM RIO CLARO, com o objetivo de estimular e difundir a obra de poetas nascidos ou residentes em Rio Claro.

A Comissão julgadora, integrada pelos professores Ivanira Bohn Prado, Jaime Leitão Rodrigues, Luiz Martins Rodrigues Filho, Manuel Correia Leitão e Rosalina Lemos Fernandes, conferiu prêmios em dinheiro a Carlos Alfredo Lopes Graieb, Maria Luiza Quilici Gonzalez

e Maurício Machado Calvão, atribuindo menções honrosas a mais dez participantes: Adriano Picarelli, Altair de Almeida Carneiro, Cynthia Romariz Duarte, Denise Rodrigues Pereira Leite, José Roberto Melato, Lígia Maria Cassavia Karam, Luiz Fernando Machado, Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho, Salmo José de Abreu e Sandra Regina Wenzel Teixeira de Souza.

Os 13 poemas selecionados foram reunidos num folheto publicado pelo Arquivo com o título de Poesia em Rio Claro 2, distribuído na noite de 29 de junho, quando anunciados os resultados do concurso.